



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP 06/2024
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

OBJETO

Contratação de empresa especializada na **ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA DA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DA POLÍCIA MILITAR ESPECIALIZADA DO ESTADO DE SERGIPE – CPME.**

I. LOCALIZAÇÃO DA OBRA/SERVIÇO

A área de intervenção do Projeto localiza-se no Lote LP-17, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco – CENAF, Bairro Capucho, Aracaju/SE.

II. NATUREZA E FINALIDADE DA OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

Trata-se de Projetos Executivos de Arquitetura, engenharia e Infraestrutura da Construção do Complexo da Polícia Militar Especializada de do Estado de Sergipe – CPME, que deverá ser norteada e executada de acordo com Projeto Básico.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

O Comando de Operações Especiais (COE) é uma subunidade da Polícia Militar, atualmente subordinada ao Comandante do Policiamento Militar Especializado, criado em 12 de março de 1996 através do BGO nº 045, assinado pelo então Comandante Geral da PMSE, Coronel Pedro Paulo da Silva.

O COE tem como missão principal realizar a gestão integrada de eventos de defesa social de alto e altíssimo risco e atuar na repressão qualificada da criminalidade organizada, proporcionando um ambiente seguro em Sergipe, possuindo então a exclusividade no atendimento de ocorrências de alta complexidade, com ou sem reféns, em todo o território sergipano.

As forças de segurança que possuem tal mister são consideradas e preparadas para participar nas chamadas Operações Especiais, estas se dão em um ambiente e circunstâncias não comuns e pouco corriqueiras, que requerem resposta especial por parte



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

das forças de segurança (locais, estaduais ou mesmo nacionais). Estas situações incluem as ocorrências que fogem da normalidade, resgate de reféns, reconhecimento especial militar e ação direta.

Essas Forças Especiais têm sua definição ligada à proximidade com o gerenciamento de crises, como o resgate de reféns com ou sem explosivos, incursão em território tomado, uso de armamento de ponta e táticas especiais para cada caso.

As demandas específicas de uma operação especial definem o tipo de adestramento, armamento e equipamento a ser conduzido. Não raro, as operações especiais exigem uma combinação de capacitações específicas, armamentos e equipamentos especializados pouco comuns às forças convencionais.

O efetivo do COE está dividido em quatro times, são eles: time de sniper; esquadrão antibombas; time de invasões táticas e time de gerenciamento de crises e negociação de reféns, para essa composição possuem especialistas em: tiro de precisão, ocorrências com artefatos explosivos, agentes químicos, operações e resgate em altura, operações aquáticas, segurança de autoridades, operações em estabelecimento prisional com ou sem reféns, invasões táticas, contra guerrilha urbana e rural, controle de distúrbios civis, operações em ambiente de caatinga, ações anti-sequestro, gerenciamento de crises e negociação de reféns, retomada de pontos sensíveis, operações de bloqueio e interceptação de marginais de alta periculosidade, patrulhamento de alto risco, dentre outras.

Além destas atividades o Comando de Operações Especiais é referencial na disseminação do conhecimento técnico nas mais diversas áreas afetas à Segurança Pública no Estado de Sergipe, contribuindo na formação e treinamento de integrantes de outras unidades da própria PMSE e de diversas instituições ligadas à segurança pública, tais como: Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Agentes Prisionais e Guarda Municipal.

A adoção de novos princípios de gestão, adequados às modernas técnicas de administração, sobretudo nas instituições públicas, extrapola o âmbito das táticas e estratégias operacionais, atingindo, principalmente a filosofia e a cultura institucional, provocando sérias implicações para a Instituição no que diz respeito à gestão de pessoal e de material, onde as instalações físicas são de fundamental importância nesse processo de gestão.

Nesse diapasão, o Comando de Operações Especiais da PMSE possui um efetivo especializado para atuação em ações tidas como de caráter especial não rotineiro, criando assim a necessidade primordial de um espaço específico, que crie uma identidade da unidade, possibilitando a continuidade do treinamento e realização de cursos para a renovação de seus quadros e para a manutenção em altíssimo nível das técnicas e táticas aplicadas em serviço bem como o desenvolvimento de doutrinas específicas para a realidade do estado de Sergipe.

Sendo assim, é imprescindível que esta Unidade possua dependências que sejam capazes de proporcionar o adequado acondicionamento de todos os materiais, equipamentos e armamentos utilizados nessas missões específicas, além de proporcionar um ambiente adequado para treinamento e suporte do efetivo administrativo e operacional.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Também o Batalhão de Polícia de Choque, inicialmente Pelotão de Polícia de Choque, foi criado em 20 de dezembro de 1979 com a missão precípua de realizar o Controle de Distúrbios Cíveis (CDC) e o policiamento em eventos especiais. Em 2004, iniciou o processo de transformação para alcançar a estrutura de Batalhão de Choque e teve a sua sede transferida para o atual prédio na Rua Castro Alves, no Bairro Ponto Novo, em Aracaju.

Trata-se de uma unidade especializada importantíssima para a Corporação que tem um papel fundamental dentro do planejamento de segurança da Polícia Militar, e, quando os policiais são acionados dão a vida para o cumprimento da missão instrucional e se identificam com ela. *“Quando somos acionados é por que se tem a certeza que o conflito será solucionado, por mais difícil e complexo que seja”.*

O Batalhão de Polícia de Choque é uma subunidade operacional que tem a característica especial de ser uma tropa de pronta resposta, ou seja, uma tropa adequadamente adestrada e preparada para missões de vulto.

A tropa de choque desempenha diariamente policiamento de estádios e outras praças esportivas, com ou sem cães. Atua também em distúrbios cíveis, como revoltas, rebeliões em presídios, etc.

Outra função bastante desempenhada pelos policiais de choque é o policiamento em grandes festas do Estado, como o Carnaval, Pré-Caju, Festejos Juninos, etc.

O BPChq realiza ainda missões específicas, como o cumprimento de decisões judiciais, quando faz a segurança e reintegração de posse de imóveis ocupados na capital e interior e guarda e escolta de presos de alta periculosidade.

Outra unidade especializada, de cunho estratégico para a PMSE é a Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCães) que foi constituída em virtude da necessidade de ampliar as ações de polícia ostensiva com emprego de cães para atender os anseios da população sergipana, igualmente crescente. Até então, as ações de policiamento com cães eram de competência da 3ª Companhia do Batalhão de Polícia de Choque (Canil/BPChq), formalizada por meio do Decreto Estadual nº 27.938 de 13 de julho de 2013.

Sendo assim, considerando a necessidade técnico-operacional de readequação e ampliação estrutural das Unidades de Polícia Militar, tendo em vista o crescimento populacional e, conseqüentemente, o aumento da demanda operacional, foi necessário o desmembramento do Canil do BPChoque e sua elevação à condição de Companhia Independente, com vistas a atuar mais efetivamente para reduzir os índices de criminalidade, sobretudo o tráfico de drogas, os crimes violentos letais intencionais e os crimes violentos contra o patrimônio.

A Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCães), foi instituída como órgão de execução da Polícia Militar do Estado de Sergipe, subordinada operacional e administrativamente ao Comando de Policiamento Militar da Capital (CPMC), passando a fazer parte de sua estrutura organizacional.

O brasão da CIPCães, com legenda Canil Serigy, homenageia o líder indígena brasileiro Serigy, que viveu no século XVI, na região do atual estado de Sergipe. Foi cacique que liderou a resistência contra a colonização portuguesa, fazendo-nos lembrar de quem somos e da missão dos policiais militares em defesa da sociedade sergipana. A figura de um cão pastor com colar ilustra o referido brasão.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Sua missão é atuar no policiamento ostensivo específico com o emprego de cães, sobretudo na repressão ao tráfico de drogas, aos crimes violentos letais intencionais e aos crimes violentos contra o patrimônio, ou em apoio a outras unidades de área ou especializadas da Polícia Militar.

A CIPCães atua nos municípios abrangidos pelo planejamento operacional de segurança do Comando do Policiamento Militar da Capital (CPMC): Aracaju, São Cristóvão, Itaporanga D'Ajuda, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras, Barra dos Coqueiros, Riachuelo e Santo Amaro das Brotas, ou demais localidades designadas pelo comando do CPMC.

Sendo assim, diante da necessidade preeminente do funcionamento do Comando de Operações Especiais-COE, Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque) e a Companhia Independente de Policiamento com Cães (CIPCães), foi realizada visita técnica pela GEARQ da Diretoria de Arquitetura e Edificações da SSP/SE ao Batalhão de Policiamento Especializado da PMBA, localizado em Lauro de Freitas, a fim de ter como referência as intervenções arquitetônicas nele realizadas para o desenvolvimento e criação do Complexo de Policiamento Militar Especializado do Estado de Sergipe, que também será composto por três unidades (CIOE, CHOQUE e CIPCÃES).

Tal visita foi de extrema importância para vivenciar a realidade prática da utilização espacial por três unidades distintas, mas de maneira concomitante.

Além de dicas de como projetar de maneira ideal para a utilização do espaço cotidianamente pelos militares, a equipe recebeu informações de futuras obras que ainda não foram iniciadas e que poderão ser úteis para a realidade do Estado de Sergipe.

Pode ser citada ainda a inovação de sistemas atuais para armazenamento de materiais tanto de uso pessoal de cada militar, quanto de armazenamento de armamento de maneira eficaz, melhorando assim a funcionalidade do espaço como um todo.

Outro ponto a ser destacado foi a importância de um bloco de formação sanitária, tendo em vista a possibilidade de aplicação de novos cursos táticos "in loco" e até mesmo a utilização cotidiana pelos próprios militares das unidades.

Assim, urge a importância da Construção da Sede do Complexo de Policiamento Militar Especializado da Polícia Militar do Estado de Sergipe, em Aracaju/SE, de forma a viabilizar as atividades desenvolvidas por essas unidades estratégicas, bem como ampliar quantitativa e qualitativamente as instruções aos policiais militares.

Destarte, a contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência, torna-se imprescindível, diante do fato de que os produtos, a serem entregues, servirão de referência para viabilizar a futura obra de Construção da Sede do Complexo de Policiamento Militar Especializado da Polícia Militar do Estado de Sergipe, em Aracaju/SE.

A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência, também se justifica em razão da integração de diversos projetistas em uma única empresa, a fim de desenvolver todos os projetos, como forma de reduzir significativamente os riscos de incompatibilidade e otimizar sua coordenação, mitigando o risco da Administração quanto ao prejuízo da eficiência projetual, sendo uma das formas mais eficazes para a redução de custos na obra, atendendo, dessa forma, ao princípio da economicidade.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A SSP fornecerá o programa de necessidades, com as respectivas áreas e, em parceria com a CEHOP realizará o processo licitatório para elaboração dos projetos executivos de arquitetura e complementares de engenharia e de infraestrutura, para a construção da sede do Complexo de Policiamento Militar Especializado da Polícia Militar do Estado de Sergipe, em Aracaju/SE.

Os projetos deverão atender à legislação municipal e ao Plano Diretor devendo ser aprovado na Prefeitura Municipal.

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Justifica-se a contratação pela necessidade de termos os projetos executivos de Arquitetura, Engenharia e Infraestrutura necessários para a viabilização da construção da sede do Complexo de Policiamento Militar Especializado da Polícia Militar do Estado de Sergipe, em Aracaju/SE.

DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração. (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A contratação pretendida está alinhada ao plano estratégico da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe no que diz respeito à disponibilização de infraestrutura adequada, que garanta a eficiência, a qualidade operacional e a ampla acessibilidade.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro Projeto Básico.

A Concorrência terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 2º, inciso VI da Lei n. 14.133/2021;

Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Requisitos técnicos da contratação



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- a) Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no Objeto deste documento;
- b) Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e) Empresa de engenharia para execução de serviços de construção de edificação em alvenaria com estrutura de concreto armado, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- f) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;
- h) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- i) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

A demanda prevista será resultado do programa de necessidades estabelecido, vistoria prévia técnica do imóvel, levantamento detalhado dos serviços e as quantidades dos mesmos, elaboração dos projetos técnicos detalhados, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da futura obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

Fundamentação: : Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

Da modalidade de licitação “CONCORRÊNCIA”

A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que executará os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

A nova lei de licitações em seu art. 29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação do pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns. Neste sentido é o entendimento do TCU, conforme se verifica do Informativo de Licitação e Contratos n.227/2015, no qual a Corte entendeu que a modalidade pregão não é aplicável à contratação de reforma predial de engenharia e arquitetura, locações imobiliárias e alienações, sendo permitida a sua adoção nas contratações de serviços comuns de engenharia.

A contratação em tela busca a contratação de empresa especializada na Elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura, engenharia e Infraestrutura da Construção do Complexo da Polícia Militar Especializada de do Estado de Sergipe - CPME.

Do critério de julgamento “MENOR PREÇO”

Nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento os seguintes:



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço. A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquele de menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

Do Regime “EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”

A escolha pelo regime de execução por empreitada por preço unitário é orientada pelo Acórdão 1.977/2013 – TCU e se justifica por se tratar de uma obra de Reforma e Ampliação, cuja execução por este regime permite um melhor controle por parte da fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidade de medida, cujo o valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas.

Dessa forma, esta escolha se torna necessária para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário.

No que se refere ao critério de seleção de licitante, será adotado o regime de empreitada por preço unitário, conforme previsto no art. 46, inciso I, da Lei 14.133/21 e seguindo a orientação consubstanciada no Acórdão 1.977/2013 no qual a Corte de Contas entendeu:

Segundo a Lei de Licitações e Contratos, a empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas. É utilizada sempre que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão[...]

A remuneração da CONTRATADA, nesse regime, é feita em função das unidades de serviço efetivamente executadas, com os preços previamente definidos na planilha orçamentária. Assim, o acompanhamento da execução dos serviços torna-se mais difícil e detalhado, já que se faz necessária a fiscalização sistemática dos serviços executados. Nesse caso, o contratado se obriga a executar cada unidade de serviço previamente definido por um determinado preço acordado.

A precisão da medição dos quantitativos é muito mais crítica no regime de empreitada por preço unitário do que em contratos a preços globais, visto que as quantidades medidas no campo devem ser exatas, pois corresponderão, de fato, às quantidades a serem pagas. Portanto, as equipes de medição do proprietário devem ser mais cuidadosas e precisas em seus trabalhos, porque as quantidades medidas definirão o valor real do projeto.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Nos instrumentos que compõe esta contratação constaram, a previsão de obrigação de resultado, no qual a CONTRATADA se comprometerá a entregar os projetos nos moldes estabelecidos pela CONTRATANTE.

O contrato será executado mediante a realização dos projetos previstos no projeto executivo anexo ao edital, no qual a CONTRATADA deverá dispor de condições técnicas suficientes para a perfeita realização do objeto contratado, devendo a vencedora observar as regras e obrigações contratuais dispostas no Termo de Referência e demais artefatos da contratação.

Cabe ressaltar que, apesar da prestação contínua dos serviços até o adimplemento do contrato, não haverá previsão de dedicação de mão de obra exclusiva, devendo a CONTRATADA decidir e dispor do quantitativo que julgar suficiente a execução do cronograma previsto para a contratação.

Do fracionamento do lote

A contratação deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa considerando a completude do projeto e a sua média complexidade. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

Da participação de ME e EPP

A participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não se enquadra ao objeto deste Projeto, uma vez que o valor a ser licitado supera aquele previsto no inciso I, do art. 48, da Lei 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, e por não se tratar da aquisição de serviços divisíveis. Tal ação poderia comprometer o pleno andamento da obra, uma vez que várias ações devem ser coordenadas para que se tenha um resultado satisfatório.

Da participação de consórcios

Nesta licitação será admitida a possibilidade de Consórcio, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, para possibilitar o reforço da capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e pessoal especializado. O consórcio ainda enseja a participação de maior número de empresas, possibilitando o aumento na competitividade.

Da participação de empresas estrangeiras

A participação de Empresas Estrangeiras será devidamente amparada na legislação pátria, e fundamenta-se na possibilidade de distender a oferta para a Administração Pública com aumento da quantidade de licitantes. Por consequência, possibilitará a formalização de contratos mais vantajosos, com melhores preços e melhores técnicas, trazendo à Contratante economia e obras de maior qualidade.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Da subcontratação

Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 30% do orçamento. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

6.1. Os orçamentos deverão ser entregues no sistema ORSE, planilha de custo e venda, contemplando todos os serviços necessários à execução da obra; Existindo mais de uma edificação ou bloco, separar o orçamento por edificação ou bloco; Separar o orçamento de Reforma do de Ampliação e/ou Obras Novas;

6.2. O orçamento da obra deverá ser baseado nos projetos de arquitetura e engenharia, utilizando os materiais especificados nos projetos, memoriais descritivos e detalhes. Existindo reforma em edificações existentes, inserir todos os serviços de demolições, escavações, reaterros e recuperações necessárias provenientes das instalações novas;

6.3. Os Orçamentos serão apresentados com Encargo Social e BDI calculados de acordo com o último mês de referência disponível no ORSE. Na planilha de BDI deverá ser adotado o ISS do município de **Aracaju/SE**. **O Orçamento deverá, juntamente com seus quantitativos, estar em volume separado para conferência detalhada, acompanhado da respectiva ART e memória de cálculo.** Para os preços dos serviços, deverá ser utilizado o Banco de Dados SINAPI, SICRO e ORSE, nessa ordem. As composições de preço unitário que não existirem nesses sistemas deverão ser criadas pelo orçamentista, utilizando-se, sempre que possível, os insumos dos mesmos. Essas novas composições deverão ser impressas e apresentadas junto com o orçamento, e os preços dos insumos de valores representativos não existentes nestes sistemas deverão ser comprovados através da apresentação de 03 (três) cotações de preços atendendo às exigências do órgão financiador. Objetivando uma melhor aferição de preços, o orçamentista deverá fazer coleta de preços de materiais e serviços representativos, os quais serão indicados pela Contratante. A Contratante fornecerá as devidas orientações;

6.4. A Contratada deverá apresentar também, em meio digital e em via impressa, **a memória de cálculo dos quantitativos de cada serviço da planilha orçamentária;**

6.5. Caberá à Contratada emitir, na quantidade necessária de vias, a Declaração de Compatibilidade dos quantitativos do orçamento com os projetos, bem como a Declaração de Compatibilidade com os custos do SINAPI ou SICRO, conforme modelos a serem fornecidos pelo Fiscal do contrato. Estas declarações deverão ser apresentadas em papel timbrado da



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Empresa Contratada, contendo carimbo e assinatura do profissional responsável pelo orçamento. O carimbo deverá conter o número do registro no CREA ou CAU do profissional. Também deverá ser apresentada a ART ou RRT do orçamentista;

6.6. O orçamento deverá conter uma obra denominada “**Serviços Gerais do Empreendimento**”, na qual constarão os itens de Administração Local (equipe dirigente), Mobilização e Desmobilização e Canteiro de obras (implantação, manutenção e equipamentos de apoio à produção). A Contratante fornecerá as instruções de arrumação destes itens na planilha orçamentária, em função da origem dos recursos a serem aplicados na obra;

6.7. A Contratada deverá apresentar a composição de preço de todos os itens mencionados no parágrafo anterior, obedecendo à **Resolução de Diretoria nº 01/2014**, assinada em 31 de junho de 2014 e outras que venham a ser editadas. Sendo a obra com recurso federal, o item Administração local será composto dos subitens Equipe Dirigente, Manutenção do Canteiro e Equipamentos de Apoio à Produção, devendo ser observado para o mesmo o limite percentual estabelecido pelo órgão gestor do recurso;

6.8. Para a adoção do BDI, além da tabela do ISS para o Município, deverá ser atendida a **Resolução de Diretoria nº 01/2014 – seção II** (ou outra que venha a ser editada);

6.9. O orçamento deverá ser impresso com a opção “por empreendimento” e deverá conter os seguintes elementos:

- 6.9.1. Resumo;
- 6.9.2. Planilha orçamentária de venda;
- 6.9.3. Planilha orçamentária de custo;
- 6.9.4. Cronograma físico-financeiro;
- 6.9.5. Demonstrativo de BDI;
- 6.9.6. Encargos sociais horistas;
- 6.9.7. Encargos sociais mensalistas;
- 6.9.8. Encargos complementares do custo indireto;
- 6.9.9. Planilhas da administração local: Equipe dirigente, manutenção do canteiro e apoio à produção.

6.10. A Especificação Técnica deverá mencionar todos os serviços a serem executados e os respectivos locais, adotando-se a mesma sequência da planilha orçamentária e identificando os materiais, traços e técnicas executivas. **Não serão aceitas especificações genéricas.** Deve-se tomar o cuidado de não haver divergência entre informações da especificação, planilha orçamentária e composições de serviços. A especificação também deverá conter os itens citados no documento denominado de “Preâmbulo das Especificações Técnicas”, o qual será fornecido pelo Fiscal do contrato; Todos os serviços a serem executados deverão possuir especificação correspondente, não só dos materiais, como também da forma de execução, devendo ser utilizadas as especificações contidas no SINAPI ou ORSE.

6.11. Deverá ser apresentado cronograma físico-financeiro geral na mesma sequência da planilha orçamentária;



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

6.12. Ficha Técnica: deverá ser apresentada uma ficha técnica da obra, contendo os dados principais da mesma, citando preço total, mês de referência, área de construção, além das principais características do empreendimento.

6.13. Deverá ser previsto no Orçamento a revisão da Drenagem e Cobertura já existente, a Recuperação da Pavimentação existente e a Instalação de Grama Natural nas áreas externas não pavimentadas.

A estimativa do custo total, referência para Elaboração do Projetos Executivos de Arquitetura, Engenharia e Infraestrutura da Construção Sede do Comando de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe, incluídos os custos indiretos, é de R\$ 560.321,46 (quinhentos e sessenta mil, trezentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos), conforme apresentado no anexo I, cujos preços unitários foram extraídos da tabela de honorários de projetos/consultoria da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe – CEHOP, (referência ano 2024), anexo VI, valor este que se estabelece como condição para a desclassificação das propostas cujo valor global venha a ser a ele superior.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

7.0. ESCOPO DOS PROJETOS

7.1. Critérios de Sustentabilidade Ambiental

Todos os projetos deverão ser elaborados com observância dos critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 19/01/10, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, especialmente no tocante ao Capítulo II – Das Obras Públicas Sustentáveis. Na execução dos serviços, devem ser observadas, de modo geral, as especificações e normas técnicas da ABNT, as recomendações e determinações da Fiscalização e os requisitos básicos e condicionantes estabelecidos pelos órgãos ambientais.

7.2. Relação de Serviços a Serem Executados

Os projetos de arquitetura e complementares de engenharia deverão ser desenvolvidos atendendo o que determina as Normas da ABNT, Normas e Resoluções do Corpo de Bombeiros, Normas e Resoluções da SERGAS, Normas e Resoluções dos órgãos ambientais. Os projetos deverão atender à NBR-9050/2015.

Os projetos complementares de engenharia deverão ser desenvolvidos atendendo o que determina as Normas da ABNT, Normas da Prefeitura e Normas e Resoluções do Corpo de Bombeiros.

Todos os projetos contratados deverão ser aprovados pela SSP/SE - Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Todas as alterações e complementações exigidas pela SSP ficarão a cargo da Contratada.

Os projetos complementares de engenharia deverão ser desenvolvidos nas seguintes escalas:

- As plantas baixas deverão estar em escala 1:100 ou 1:50, desde que seja de melhor visualização e entendimento;
- Os detalhamentos deverão estar em escala 1:20 ou 1:25;

O programa de necessidades da reforma e ampliação será fornecido na assinatura da Ordem de Serviço, pela Contratante, juntamente ao responsável pela fiscalização do contrato.

7.2.1. Projeto de Paisagismo

7.2.2. Serviços Geotécnicos (Sondagens e Ensaios)

7.2.3. Geométrico e Terraplanagem com Estudos de Jazida

7.2.4. Pavimentação

7.2.5. Projeto Estrutural de Concreto Armado e Estrutura Metálica

7.2.5.1 Projeto Estrutural de Concreto

7.2.5.2. Projeto de Estrutura Metálica

7.2.5.3. Projeto de Fundação

7.2.5.4. Estruturas de Contenção/Estabilidade de taludes

Em um projeto de contenção de talude, é essencial incluir uma série de itens para garantir a segurança, eficiência e durabilidade da estrutura. Os principais pontos que devem ser levados em consideração são:

- **Cálculo de Estabilidade**
- **Soluções de Contenção**
- **Sistemas de Drenagem**
- **Medidas de Proteção e Revestimento**
- **Detalhamento Construtivo**
- **Previsão de Monitoramento e Manutenção**
- **Orçamento e Especificações Técnicas Complementares.**

7.2.6. Projetos Elétrico e Iluminação Externa

7.2.6.1. Projeto Elétrico de Edificações Especiais (com gerador e subestação), incluindo área urbanizada

7.2.6.2. Projeto de Iluminação Externa (Rede Elétrica)

7.2.6.3. Subestação abrigada com Gerador

7.2.7. Projeto de Cabeamento Estruturado (Telefonia, Lógica e Antena Coletiva)

7.2.8. Projeto de CFTV

7.2.9. Projeto de Sonorização

7.2.10. Projeto de Climatização e Exaustão

7.2.11. Projeto Hidráulico

7.2.12. Projeto Sanitário/ Tratamento de Efluentes

7.2.13. Projeto de Drenagem Pluvial

7.2.13.1. Projeto de Drenagem das Edificações

7.2.13.2. Projeto de Drenagem da Área Externa

7.2.13.3. Projeto de Rede de Drenagem Pluvial Externa (Macro e Microdrenagem)

a) Projeto de Execução



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

b) Sistema Projetado

- Planta e perfil das galerias e canais
- Detalhes Construtivos

7.2.14. Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (Extintores e Hidrantes)

7.2.15. Relatório de Análise de Risco

7.2.16. Proteção contra Descargas Atmosféricas (PDA)

7.2.16.1. Projeto de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)

7.2.16.2. Projeto de Medida de Proteção contra Surtos (MPS)

7.2.17. Projeto de Instalações de Gás (GLP/NG)

7.2.18. Projeto de Comunicação Visual

7.2.19. Projeto de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil

7.2.20. Topografia

I) Levantamento Topográfico Planialtimétrico de Ruas:

7.2.21. Projeto de Alimentação de Água

7.2.22. Projeto de Esgotos Sanitários

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Assegurar que os projetos apresentados atendam as necessidades totais para a Construção da Sede do Complexo de Policiamento Militar Especializado da Polícia Militar do Estado de Sergipe, em Aracaju/SE, proporcionando um espaço adequado a execução das atividades laborais no Complexo, de forma a viabilizar as atividades desenvolvidas por essas unidades estratégicas, bem como ampliar quantitativa e qualitativamente as instruções aos policiais militares.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

A empresa contratada deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação e no Termo de Referência.

A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços da futura obra, de acordo com o Termo de Referência, mantendo-se o padrão de qualidade.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- Relatório circunstanciado contendo a descrição e avaliação da opção selecionada, elaborado pela autoridade competente (§ 5º do art. 40 da Lei 14.133/21);
- Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;
- Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços (inciso XXIII do art. 6 da Lei 14.133/21);
- Aprovação do Projeto;
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Entre outros.

Para o processamento da Concorrência e execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- b) Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
- d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei n.14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras e serviços de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

- b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços.
- c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

12. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais. Tal entendimento consta do art.6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental. Diante disso, na execução da reforma deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

13. MAPA DE RISCOS

O mapa de risco da contratação será retratado no tópico abaixo, por meio do documento elaborado para a identificação dos principais riscos que permeiam o procedimento de Concorrência, contendo as ações de controle, prevenção e mitigação de impactos, materializando-se no mapa de risco da contratação.

Fase – Planejamento

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
1- Incorreta identificação da demanda	Instrução processual inadequada	Identificar corretamente os setores responsáveis. Verificar corretamente a demanda. Envolver os setores na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Quando detectado o erro quanto a real necessidade da demanda, parar o processo no estágio em que se encontrar e proceder com a retificação dos artefatos técnicos.
2- Falta de designação ou designação incorreta de responsáveis	Falta de análise dos instrumentos processuais. Falta de verificação da necessidade a ser atendida. Falta de dimensionamento correto do objeto a ser licitado.	Identificar corretamente os setores responsáveis, que devem participar de forma intensiva da instrução processual.	Análise prévia do objeto a ser licitado, direcionando para as equipes corretas.
3- Estudos	Instrução processual	Identificar corretamente os	Análise prévia do objeto



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

preliminares incorretos.	inadequada. Falha no atendimento das necessidades da área demandante.	setores responsáveis. Solicitar indicação de responsáveis técnicos e demandantes. As indicações deverão ser compostas por servidores com conhecimento técnico do objeto, de legislação pertinente ao objeto e dos procedimentos da contratação.	a ser licitado, direcionando para as equipes responsáveis acompanharem a instrução processual.
4- Estimativa inadequada de quantitativo do objeto a ser licitado.	Falha no atendimento das necessidades da área demandante do serviço. Impossibilidade de aditivo contratual (acréscimo ou supressão).	Adequado levantamento das reais necessidades da área demandante do serviço. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Análise de possibilidade de aditivo contratual, levando em consideração a porcentagem estabelecida para acréscimos ou supressões do objeto em questão.
5- Fracasso da licitação	Atrasos da execução do objeto. Comprometimento do desenvolvimento das atividades futuras.	Realizar o adequado levantamento das necessidades de execução com preços compatíveis e atualizados ao valor de mercado. Envolver setores responsáveis na instrução inicial do processo, solicitando ratificação ou retificação dos objetos.	Formar grupo de trabalho com conhecimento técnico e com experiência, com conhecimento do e condições necessárias em editais
6- Impugnação do edital	Atraso na contratação da empresa e consequente dificuldades para o setor demandante	Elaborar o edital corretamente. Atentar as normas e legislações vigentes ao elaborar o edital. Compatibilizar informações com o Termo de Referência.	Treinamento da equipe da Comissão de Contratação

Fase – Gestão contratual e execução do objeto contratado

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
--------------	-----------------------------	------------------------------------	-----------------------------



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

			RESPONSÁVEL
1- Execução do objeto contratual em desacordo com o Contrato	Falha no atendimento das necessidades da SSP/SE Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios.	Fiscalização mensal a ser realizada pela CONTRATANTE. Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais.
2- Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade	Aumento do custo e demora na entrega dos projetos e Descontinuidade dos serviços.	Fiscalização mensal ser realizada pela CONTRATANTE	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas a aplicação das penalidades contratuais.
3- Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto.	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa.	Avaliar adequadamente a empresa.
4- Execução do objeto em desacordo com o contrato	Não atendimento da demanda do órgão.	Realização de gestão e fiscalização adequada.	Capacitação da equipe de fiscalização.
5- Falta de pagamento à contratada	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão.

Os fatores de risco elencados acima que se caracterizarem como risco do empreendimento, correram por conta do Contratado até o momento de entrega da obra, devendo estar previstos no Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), em item único e próprio, visto que o BDI é o elemento orçamentário destinado a cobrir as despesas não diretamente relacionadas à execução do objeto Contratado, como a cobertura de riscos eventuais do empreiteiro.

No caso de atrasos na execução do contrato caso fique constatado culpa exclusiva do CONTRATADO deve ser providenciada a dedução dos serviços previstos no cronograma



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

físico-financeiro e, se for o caso providenciar o devido ressarcimento. Ademais, visando prevenir a ocorrência de atrasos deverá constar dos demais artefatos da contratação prazos para verificação de eventuais atrasos no período a ser definidos em 06 meses, levando em consideração a vigência contratual.


O cronograma físico-financeiro deverá estar atualizado com a execução contratual, de modo que seja possível visualizar o acompanhamento da programação feita para a obra, em caso de atrasos significativos deverá ser providenciado termo aditivo para atualizá-lo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

O planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa para contratação de empresa especializada na Elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura, engenharia e Infraestrutura da Construção do Complexo da Polícia Militar Especializada de do Estado de Sergipe – CPME, segundo as condições e especificações previstas neste ETP por meio da Concorrência.

Aracaju, 20/12/2024

Documento assinado digitalmente
 **ROSIANE LIMA OLIVEIRA MOURA**
Data: 20/12/2024 10:44:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROSIANE LIMA OLIVEIRA MOURA

Diretora da Diretoria de Engenharia e Arquitetura da SSP/SE

Eng.^a Civil – CREA nº 270015378-2

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: B5UA-JIVN-UZQC-DGNA



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/01/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- ROSIANE LIMA OLIVEIRA MOURA - 20/12/2024 10:44:11 (Certificado Digital)